
MEDALHA DE OURO DO CNRS 1993

Pierre Bourdieu

*Discurso de Pierre Bourdieu feito a 7 de Dezembro de 1993, por ocasião da entrega da Medalha de Ouro por François Fillon, Ministro do Ensino Superior e da Investigação.**

Senhor Ministro, Senhor Presidente, Senhor Director-Geral, caros colegas e amigos, Senhoras e Senhores:

As consagrações que deveriam apenas tranquilizar-nos têm sobre mim o poder de provocar ou despertar inquietação e um certo sentimento de indignação. Mas elas não podem esconder a minha profunda certeza de que a sociologia e os sociólogos são inteiramente dignos do reconhecimento que a comunidade científica por meu intermédio lhes concede. Eu desejaria partilhar esta convicção, aproveitando o facto de ter diante de mim as mais altas autoridades da política e da ciência e os mais eminentes representantes do jornalismo para tentar responder a algumas das questões, muitas vezes críticas, que se tem o hábito de colocar a propósito desta ciência mal-amada.

Mas eu não gostava que esta apologia da sociologia ficasse um exercício desprovido de efeitos reais. Tornando-me, por momentos, porta-voz de todos os sociólogos, ou pelos menos daqueles que me afirmaram e me escreveram sobre a sua alegria de verem a sua ciência assim consagrada, gostaria de endereçar uma espécie de petição solene às autoridades políticas e científicas para que a sociologia francesa, universalmente reconhecida como uma das melhores do mundo, beneficie de todas as vantagens simbólicas, mas também materiais, associadas a um verdadeiro reconhecimento. Penso muito particularmente em

* Traduzido por Sérgio Grácio

todos os que iniciam presentemente uma carreira e que devem muitas vezes viver de expedientes, durante os anos mais decisivos da sua existência científica, sem de algum modo terem a segurança de um dia obterem um posto no ensino ou na investigação que lhes possa garantir decentes condições de trabalho.

Não tentarei esconder o meu desejo de que as vantagens a que apelo para a sociologia tenham por prioridade todos os que, numa ou noutra ocasião, participaram na minha equipa no quadro do Centro de Sociologia Europeia e do Centro de Sociologia da Educação e da Cultura. Estão aqui, na sua maioria, e gostava de poder nomeá-los um por um no momento em que lhes afirmo publicamente a minha dívida e gratidão. Penso que muitas das dificuldades que tivemos, dentro e fora da equipa, têm origem no facto de, à maneira dos discípulos de Durkheim, termos tentado elaborar um estilo de trabalho que, nomeadamente pelo seu carácter colectivo, contradizia as tradições e as expectativas de um mundo intelectual que ainda se encontrava ligado à lógica literária, com as suas alternativas mundanas do singular e do banal, do novo e do ultrapassado, favorecidas pelos pequenos mestres presunçosos e pela busca da originalidade a qualquer preço.

Desejo mencionar à parte aqueles que participaram comigo num empreendimento um pouco desmedido, que conduziu a *La Misère du Monde*, e também aqueles e aquelas que – e são em parte os mesmos –, durante cerca de vinte anos, me ajudaram a assumir o encargo da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* e do seu suplemento internacional, *Liber*. Isto muito frequentemente sem quaisquer outras gratificações a não ser a satisfação de participar numa aventura intelectual (a comunidade científica nunca foi muito generosa para com eles). A minha satisfação seria completa, esta noite, se me garantissem que eles receberão das instituições que os acolhem ou que deveriam acolhê-los, C.N.R.S., Escola de Altos Estudos, etc, o justo reconhecimento do seu mérito.

Posso voltar agora à sociologia e às questões que se colocam a seu propósito. A primeira e a mais comum, diz respeito ao seu estatuto de ciência. É claro que a sociologia possui as principais características que definem uma ciência: autónoma e cumulativa, ela esforça-se por construir sistemas de hipóteses organizados em modelos coerentes capazes de dar conta de um vasto con-

junto de factos observáveis empiricamente. Mas podemos perguntar se a questão é verdadeiramente esta, quando verificamos que ela nunca é colocada a propósito da maior parte das disciplinas canónicas das Faculdades de Letras e de Ciências Humanas, ou das disciplinas menos seguras de si das Faculdades de Ciências.

Com efeito, a sociologia sempre foi suspeita – especialmente nos meios conservadores – de compromissos com a política. E é verdade que o sociólogo, diversamente do historiador ou do etnólogo, toma como objecto o seu próprio mundo, sobre o qual parece tomar partido e do qual faz parte. É certo que ele tem, inevitavelmente, interesses neste mundo e que corre sempre o risco de investir na sua prática preconceitos ou, pior ainda, pressupostos ligados à sua posição no objecto. Na realidade, o perigo é muito menor do que parece ao leigo. Com efeito, talvez por estar particularmente exposta, a sociologia permite dispor de um arsenal especialmente forte de instrumentos de defesa. E sobretudo, a lógica da concorrência, que é a de todos os universos científicos, faz com que pesem sobre cada sociólogo constrangimentos e controlos que ele faz pesar por sua vez sobre todos os outros. É o conjunto do universo sociológico mundial, em toda a diversidade das suas posições e das suas tomadas de posição científicas (e não políticas) que se interpõe, como uma muralha, entre cada sociólogo e o mundo social: a lógica das censuras cruzadas leva a que ele não se possa abandonar às seduções profanas e aos compromissos mundanos, os do jornalismo sobretudo, sem correr o risco de ser excluído do «colégio invisível» dos cientistas; exclusão que tem algo de terrível, mesmo se ela é ignorada pelos profanos – e pelos maus jornalistas, que tomam as diferenças de nível por diferenças de opinião, destinadas a se relativizarem mutuamente.

A independência puramente negativa que deste modo se encontra garantida não se realiza com verdadeira autonomia senão na medida em que cada sociólogo se tiver tornado senhor dos conhecimentos colectivos da sua disciplina, conhecimentos já imensos, cuja propriedade é a condição da entrada nos debates propriamente científicos.

Os sociólogos estão divididos, é um facto, mas segundo dois princípios muito diferentes: os que se apropriaram da herança colectiva estão unidos mesmo nos seus conflitos por esta herança – falam, como se diz, a mesma língua – e opõem-se entre si nos termos e segundo a lógica que são constitutivos

da problemática e da metodologia que daí saíram directamente. Mas também se opõem de um modo muito distinto, àqueles que estão privados dessa herança e que, por tal facto, estão mais próximos, muito frequentemente, das expectativas mediáticas. O mesmo é dizer que as discordâncias mais gritantes, invocadas com frequência para pôr em questão a cientificidade da sociologia encontram o seu fundamento puramente sociológico na dispersão extrema (no sentido estatístico do termo) dos que se atribuem o nome de sociólogo.

Para ser verdadeiramente autónoma e cumulativa, e plenamente conforme à sua vocação científica, a sociologia deve ser também e sobretudo reflexiva. Ela deve tomar-se a si própria por objecto, usar de todos os instrumentos de conhecimento de que dispõe para analisar e dominar os efeitos sociais que se exercem sobre ela e que podem perturbar a lógica propriamente científica do seu funcionamento. Remeto os que julgarem estas análises demasiado abstractas para o que é dito em *Homo Academicus* a propósito da sociologia e das instituições em que encontra lugar (talvez então me julguem demasiado concreto...).

Imperativa para os sociólogos, a sociologia do universo científico parece-me apenas um pouco menos necessária no caso das outras ciências. Efectivamente, ela é sem dúvida a realização mais eficaz da «psicologia do espírito científico» que Gaston Bachelard preconizava: está em condições de fazer surgir o inconsciente social que é reprimido colectivamente, que está inscrito na lógica social do universo científico, nas determinantes sociais da selecção, dos comités de selecção e dos critérios de avaliação das comissões de avaliação, nas condições sociais do recrutamento e do comportamento dos administradores científicos, nas relações sociais de dominação que se exercem a pretexto de relações de autoridade científica, refreando ou bloqueando muito frequentemente a inventividade e a criatividade em vez de as libertar, sobretudo nos mais jovens, nas redes de cooptação nacionais e hoje locais que protegem uns contra os rigores da avaliação científica, interditando a outros a expressão plena das suas possibilidades criadoras, etc, etc. Como as circunstâncias me obrigam a permanecer, aqui, alusivo ou obscuro, contentar-me-ei por evocar uma passagem, sempre esquecida, do famoso discurso sobre «a ciência como profissão», em que Max Weber coloca, diante da assembleia dos seus colegas reunidos, uma questão na verdade capital para a vida da ciência, mas habitual-

mente reservada para as conversas privadas: por que razão as universidades nem sempre seleccionam os melhores (Max Weber usa uma linguagem mais brutal)? Como bom profissional, afasta a tentação de atribuir culpas a pessoas, na ocasião «as pequenas personagens das faculdades e dos ministérios» e convida a procurarmos a razão deste estado de coisas «nas próprias leis da acção concertada dos homens», as que, nas eleições dos papas ou dos presidentes americanos, levam quase sempre a seleccionar «o candidato número dois ou três» e conclui, com um realismo que não é isento de humor: «Não é de admirar o facto de frequentemente acontecerem equívocos nestas condições, mas antes que (...) apesar de tudo constatemos um número tão considerável de nomeações justificadas». Uma política científica menos resignada poderia apoiar-se no conhecimento destas leis para contrariar e neutralizar os seus efeitos. Penso, para dar apenas um exemplo, na liberdade que introduziria em todo o sistema da investigação a criação, no seio de cada departamento, de uma secção que reagrupasse todos aqueles que têm dificuldades com a divisão entre as disciplinas e com as disciplinas mais ou menos arbitrárias e disfuncionais cientificamente que elas impõem.

Já disse o bastante para que se compreenda que a ideologia da «comunidade científica» como cidade ideal onde os cidadãos teriam apenas um objectivo, a procura da verdade, não serve de facto os interesses da verdade. A análise do funcionamento da cidade científica tal qual é e de todos os mecanismos que colocam obstáculos à concorrência pura e perfeita, e simultaneamente à invenção, a qual implica muitas vezes uma revolução das relações de força específicas do mundo erudito, poderia contribuir grandemente para o crescimento da produtividade científica, com a qual se inquietam muitos dos nossos tecnocratas. Em todo o caso, o que é certo é que os sábios, cada vez mais numerosos actualmente – sobretudo entre os biólogos –, que se preocupam com o futuro da sua ciência, arrastada pela força incontrolada dos seus mecanismos, só podem esperar obter um domínio colectivo do futuro da sua prática se empreenderem, com a ajuda dos sociólogos e dos historiadores das ciências, uma análise colectiva dos mecanismos sociais que regem o funcionamento real do seu mundo.

Poderão perguntar-me com que direito, em nome de que autoridade especial, esta ciência recente se ocupa da análise do funcionamento das ciências

mais avançadas e firmadas. De facto, esta acusação de imperialismo vem sobretudo de filósofos e de escritores e de alguns cientistas particularmente inclinados à certeza do seu estatuto. E é outra virtude da sociologia da ciência ela oferecer fortes antídotos contra esta arrogância, profundamente funesta para a própria ciência. Na verdade, sem condenar em nada ao niilismo anticientífico (o que não demonstrarei aqui por falta de tempo), ela faz regressar a ciência às suas origens históricas ou sociais: longe de serem essências eternas, saídas já preparadas do cérebro humano, as verdades científicas são produtos históricos de um determinado tipo de trabalho histórico realizado sob as repressões e controlos deste mundo social verdadeiramente especial, nas suas regras e sobretudo nas suas regularidades, que é o campo científico. Talvez a sociologia aí esteja para lembrar às outras ciências, tanto pela sua existência como pelas suas análises, a origem histórica daquelas, que é princípio da sua validade provisória bem como da falibilidade das mesmas. E ela mostra que as tentativas sempre renovadas para basear a ciência em princípios transcendentais estão condenadas ao círculo, evocado por James Joyce, da autoproclamação da infalibilidade do papa, a quem se não pode recusar a palavra em consequência da sua infalibilidade.

Comecei a responder à questão de saber para que serve a sociologia. Poderia contentar-me em dizer, como Tony Morrison, escritora negra a quem perguntaram se os seus próximos romances dariam voz a personagens brancos, e que respondeu: «Perguntavam isso a um escritor branco?», os senhores poriam a questão da sua utilidade e da sua razão de ser a um físico, a um químico, a um arqueólogo ou mesmo a um historiador? Estranhamente, se o sociólogo tem tanta dificuldade em justificar a sua existência, é porque se espera sempre dele muito ou muito pouco. E porque existem sempre muitos «sociólogos» para responder às expectativas mais grandiosas e entrar no papel impossível, e um pouco ridículo, de «pequeno profeta privilegiado e estipendiado pelo Estado», como diz ainda Max Weber.

Espera-se do sociólogo que, à maneira do profeta, dê respostas últimas e (aparentemente) sistemáticas às questões de vida ou de morte que se colocam dia-a-dia na existência social. E é-lhe recusada a função, que ele tem direito de reivindicar, como qualquer cientista, de dar respostas precisas e verificáveis apenas às questões que está em condições de colocar cientificamente: quer

dizer, rompendo com as perguntas postas pelo senso-comum e também pelo jornalismo.

Não deve entender-se com isto que ele deva assumir o papel de perito ao serviço dos poderes. Não pode nem deve substituir o político na definição dos objectivos (fazer aceder 80% dos adolescentes ao final do secundário ou ensinar a ler 100% das crianças escolarizadas); mas pode lembrar as condições económicas e sociais da realização destes objectivos àqueles que em completo desconhecimento de causa os definem, expondo-se deste modo a alcançar resultados opostos aos que julgam prosseguir. Doravante, a sociologia estará tão segura de si mesma que dirá aos políticos que não podem pretender governar em nome de universos dos quais ignorem as leis de funcionamento mais elementares. Durkheim gostava de dizer que um dos maiores obstáculos ao progresso da ciência da sociedade, reside no facto de nestas matérias toda a gente pensar que tem o conhecimento infuso... E que dizer dos políticos que, fortalecidos com uma experiência de professor ou de funcionário, não hesitam em dar aos sociólogos lições de sociologia da educação ou da burocracia?

Longe de aprovar os políticos que, ao menor estremecimento das faculdades, se apressam a encorajar os estudantes descontentes a orientarem-se para estudos menos embaraçosos do que as ciências humanas, penso que é desejável que os estudos de sociologia sejam encorajados e largamente desenvolvidos, em si mesmos e por si mesmos, nas Faculdades de Letras e de Ciências Humanas, evidentemente, mas também, a título de ensino complementar, nas Faculdades de Ciências, de Direito e de Medicina, e igualmente, mas desta vez com força, nas Escolas de Ciência Política e na ENA. Não teria dificuldade em mostrar o que o olhar do sociólogo poderia trazer ao magistrado, ao médico (a experiência tem desde há muito sido realizada nos Estados Unidos e podem estudar-se os seus efeitos), ao quadro superior, ao professor, ao jornalista e sobretudo talvez às suas acções e produções, portanto às suas clientelas. A estes sociólogos, que julgamos pletóricos, desejaria vê-los em todas as «instituições totais», como as apelida Goffman, asilos, hospitais, internatos, cadeias, e também nos grandes aglomerados, nas cidades, liceus e colégios, nas empresas (é preciso evocar aqui, mas de um modo diferente do habitual, o caso japonês); em tantos universos sociais complexos, cujos disfuncionamentos pode-

riam analisar ou manifestar as tensões e nos quais poderiam desempenhar o papel socrático de parceiros de indivíduos ou grupos.

Não creio que estejamos autorizados a ver nestes propósitos uma manifestação de imperialismo. Não é certo, na verdade, que todos os sociólogos estejam interessados no desenvolvimento da sociologia (poderiam contentar-se, como outros, em formas mais ou menos larvares de *numerus clausus*). Mas o certo é que o desenvolvimento da sociologia e do conhecimento científico da sociedade é conforme ao interesse geral e que a sociologia está autorizada a definir-se como um serviço público. O que não quer dizer que esteja encarregado de responder imediatamente às necessidades imediatas da «sociedade» ou daqueles que se arvoram em seus porta-vozes e, menos ainda, daqueles que a governam.

As somas despendidas pelos governos, quer de direita quer de esquerda, para financiar sondagens ruins (apenas uma delas deve representar quase dez vezes o orçamento anual do meu laboratório) e cientificamente inúteis são o testemunho mais indiscutível do que eles esperam da ciência social: não o conhecimento da verdade do mundo social, mas, como os publicitários e anunciantes, o conhecimento dos instrumentos de uma demagogia racional. De entre as tarefas que incumbem à sociologia, e que somente esta pode realizar, uma das mais necessárias é a desmontagem crítica das manobras e manipulações dos cidadãos e dos consumidores que se apoiam em utilizações perversas da ciência. Podemos preocupar-nos na verdade pelo facto de o Estado, que representa a única liberdade diante dos constrangimentos do mercado, subordine cada vez mais as suas acções e as dos seus serviços, especialmente em matéria de cultura, de ciência ou de literatura, à tirania dos inquêritos de *marketing*, das sondagens, do *audimat* e de todos os registos supostos fiáveis das supostas expectativas do maior número. Vê-se que, na condição de que saiba servir-se da independência económica que lhe garante a assistência do Estado para afirmar a sua autonomia em relação a todos os poderes, mesmo os do Estado, a sociologia pode ser um dos contrapoderes críticos, capazes de se opor eficazmente a poderes que se baseiam cada vez mais na ciência, real ou suposta, para exercer ou legitimar o seu império.